

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
www.editora.unb.br
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso
 eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara
 Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2023.
 263 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

Apresentação

Femenagem à Rita Laura Segato por uma de suas comunidades intelectuais

Tânia Mara Campos de Almeida

Em 6 de novembro de 2018, a professora PhD Rita Laura Segato recebeu o merecidíssimo título de emérita da Universidade de Brasília (UnB) por sua ilustre, eminente e original carreira docente, intensa no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão por mais de 30 anos. Na linda e emocionante cerimônia dessa outorga, a reitora, professora doutora Márcia Abrahão, declarou: “Não é a UnB que está reconhecendo Rita Segato, é a UnB que está sendo reconhecida por ela”, sendo aquele um momento em que a UnB honrava a história e os ensinamentos difundidos pela professora nas salas de aula, nas lutas institucionais e na defesa contra a injustiça em qualquer espaço. Momento esse que a UnB se reencontrava com o seu próprio compromisso social¹.

O currículo da professora é notável e larguíssimo, de difícil síntese e seleção das principais atuações, produções e reconhecimentos². A cada dia, o seu CV recebe novo destaque, ascendendo mais um degrau do nicho acadêmico no país, onde é pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), e no exterior. Em fevereiro de 2022, alcançou o elevado índice h47 e índice i10 88 nas métricas de publicações e respectivas citações. Sua contribuição para o desenvolvimento de um pensamento latino-americano autônomo e influente, emergente e insurgente, de nossa realidade e direcionado ao enfrentamento de diversas violências e opressões, como as de gênero, raça/etnia e classe, tem sido devidamente valorizada nos últimos anos.

Suas publicações circulam hoje por diferentes idiomas e suas falas têm sido ouvidas por multidões. Muitos títulos e honrarias de cátedra lhe vêm sendo outorgados, projetando-a como uma das heroínas mundiais dos direitos humanos em 2014, reconhecendo-a doutora *honoris causa* em diferentes universidades, apontando-a como uma das intelectuais contemporâneas mais representativas

1. Disponível em: <http://noticias.unb.br/publicacoes/39-homenagem/2609-pronto-unb-ou-torga-titulo-de-professora-emerita-a-rita-segato>. Acesso em: 25 jan. 2022

2. CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

pela prestigiosa revista mexicana *La Tempestad*, em 2017, e uma das 30 intelectuais ibero-americanas mais influentes em 2017 e 2018, bem como agraciando-a com o prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais “Clacso 50 anos” em 2018, o prêmio *Pensamiento Argentino*, em 2019, o prêmio *Villegas de Ciências Sociais*, concedido pelo Colégio de México, em 2020, e o prêmio *Frantz Fanon Lifetime Achievement Award*, da Caribbean Philosophical Association, dentre várias outras distinções nas ciências sociais, ciências sociais aplicadas e humanidades.

Suas reflexões reverberam entre um público progressivamente maior e ávido por suas entrevistas, exposições, posicionamentos políticos e, nas ruas, também por dela acercar-se com imenso afeto – tirando fotos, pedindo autógrafos, acenando, sua imagem estampada em camisetas, seu nome distinguido por bebês recém-nascidas e até mesmo em pizzas, recebendo presentes aleatórios como retribuição genuína de um “bem pensar”. Tornou-se popular, conhecida de um número significativo de profissionais que aplicam seus ensinamentos em diversas áreas e atuações cotidianas, de pessoas que simplesmente se interessam por perspectivas críticas da realidade e por ideias pulsantes, de passageiras(os) de uma grande companhia aérea que sobre ela fez matéria em sua revista de bordo, de novas gerações de jovens feministas que utilizam suas frases em manifestações de protesto que correram o planeta em 2019 e 2020³ e mesmo de pré-adolescentes que tomam contato com sua obra pelas mãos de mães, tias e irmãs mais velhas, como saber iniciático.

No dia seguinte ao recebimento do título de professora emérita da UnB, na manhã, tarde e início da noite de 7 de novembro, foi realizado o evento do qual se origina a presente coletânea: “Homenagem à Rita Segato”. Ex-orientandas(os), ex-alunas(os), amigas(os), colegas e sua filha se reuniram e, algumas(uns) destas(es), apresentaram os resultados das pesquisas de pós-graduação e reflexões que foram realizadas sob sua direção e, também, a partir da convivência direta com ela, no auditório do Instituto de Ciências Políticas-Ipol (UnB). Os aprendizados que cada um(a) recebeu da interação com a professora foram realçados, discutidos e aprofundados, evidenciando como, ao longo de décadas, ela atuou ativamente na qualificada formação nos diversos níveis acadêmicos e em sofisticadas formulações que subsidiaram inovadoras ações institucionais e públicas. Ao se desenrolarem as apresentações, notava-se como a prática docente, os estímulos e o contato pessoal com ela e sua mediação junto a outras redes de

3. Coletivo *La Tesis*. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musical/noticia/2019/12/conheca-a-performance-de-grupo-chileno-que-se-transformou-em-hino-antiestupro-pelo-mundo-ck3y49vmk008x01o3v5so6aoi.html>. Acesso em: 25 jan. 2022.

pesquisadoras(es) foram fornecendo a base sólida de uma ampla comunidade de afeto e interlocução entre suas(seus) aprendizes. Essa rede, estabelecida por sua dedicação ao crescimento daquelas(es) que a procuravam e por sua articulação com inúmeros grupos de estudo e ativismo, constituiu-se em uma pulsante egrégora que nutriu seu arguto pensamento com interessados e inteligentes diálogos, situados em diferentes lugares de fala e na horizontalidade das relações de dadas trocas.

Infelizmente, muitas outras pessoas que tiveram a formação marcada pela presença da professora e que participam de sua linhagem, a qual remonta a John Blacking, Meyer Fortes, Charles Seligman, Bronislaw Malinowski e Raymond Firth na ascendência⁴, não puderam participar desse evento. Encontravam-se fora de Brasília ou tinham compromissos de trabalho. A professora havia até então orientado 71 trabalhos de pós-graduação na UnB. Hoje, várias são docentes e pesquisadoras(es) em importantes universidades e centros de investigação científica no país e no exterior. Além disso, nem todas as pessoas participantes do evento puderam colaborar com textos nesta coletânea, mas encontram-se ora indiretamente representadas por meio das conversações estabelecidas pela referida rede e no evento, sendo aproveitadas pelas(os) presentes autoras e autores.

A estrutura de organização do evento foi reproduzida nestas páginas, em um prolongamento à sua *femenagem*⁵, em 2018. Na abertura, o professor Volnei Garrafa e eu relembramos momentos marcantes da trajetória da professora e sinalizamos a justa outorga do título que ela acabara de receber na UnB. Volnei (professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde-FS-UnB), que descreveu a biografia da professora na cerimônia de emérita e acertadamente a nomeia como “cidadã do mundo”⁶, prefacia esta obra, em “Trajetória de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta”.

Três seções de memórias formaram a estrutura temática central do evento, expressando no título de cada uma delas os grandes temas de estudo e trabalho aos quais Rita se dedicou nas três décadas de atuação na UnB: “Pluralismo ju-

4. PhD em 1984 pelo Departamento de Antropologia Social da Queen’s University of Belfast, Irlanda do Norte, onde foi orientada pelo professor John Blacking.

5. Recentemente, a palavra *homenagem*, cujo radical *homo* advém de homem valoroso e validado pelo clero e pela nobreza medievais, tem sido trocada pelo neologismo *femenagem*, especialmente ao se tratar de mulheres comprometidas com o avesso do mundo patriarcal e que não se apartaram da plenitude humana em si e nos outros, como os heróis patriarcais a quem se rende tributos.

6. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/4495-rita-segato-mulher-pesquisadora-militante-hoje-cidada-do-mundo>. Acesso em: 25 jan. 2022.

rídico, bioético e religioso”; “Raça, Estado, violência e os ‘Outros’”; e “Gênero, feminismos e sexualidade”.

As(os) 15 apresentadoras(es)-autoras(es) vincularam-se a tais temáticas por maior afinidade de suas próprias reflexões, realizadas sob a orientação ou o acompanhamento da professora. Assim se dispuseram e, agora, estão aqui organizadas, fornecendo um riquíssimo material sobre o pensamento e os ensinamentos de Rita Segato, bem como para muito além deles. Afinal, uma das dádivas que nos ofertou foi a de contribuir marcadamente a nos constituir autônomas(os) e libertas(os) para a insurgência crítica, autoral e criativa no ato de saber o mundo e saber-se.

A seção “Pluralismo jurídico, bioético e religioso” reúne quatro capítulos. O primeiro deles é “Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato”, de Elaine Moreira, antropóloga, docente da UFRR e, atualmente, docente do Departamento de Estudos Latino-Americanos-ELA-UnB, realizou pós-doutorado com Rita Segato, junto à cátedra de Bioética da Unesco-UnB. Em linhas gerais, a autora explora a ideia do que Rita chama de pluralismo histórico, o impulso ético e a violência expressiva. Essas noções dialogam entre si, via uma “antropologia da escuta” e na força do “mundo aldeia”, evidenciando assim a força dessas concepções e o quanto inspiram seus(suas) estudantes e leitoras(es).

Juliana Floriano Toledo Watson – doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB – é a autora do segundo capítulo: “Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajetória de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado”. Em linhas gerais, traça um histórico da contribuição de Rita Segato na vida e no pensamento da autora. Pincela um caminho de reflexões geradas a partir desse encontro, perpassando a noção de colonialidade por sua implicação na produção científica, estrutura patriarcal, sistema prisional, vida comunitária e éticas de vida.

“Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre linguagens em transição e pandemias continuadas”, escreve Marianna Assunção Figueiredo Holanda – professora da Saúde Coletiva-FCE-UnB e do Programa de Pós-Graduação em Bioética-UnB, coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos-UnB. Trata-se de um texto-convite para a criação de nomes, voltado para o ato fundamental de deixar-se vivenciar por outras vozes, inaudíveis a sensibilidades ordinariamente moduladas pelo racismo, pela colonialidade, pelo patriarcado, pelo vocabulário das ruínas de um mundo apegado à estrutura das desigualdades e injustiças. Enunciar vivências desde outros mundos faz-se ofensiva à “captura colonial do bem viver”: uma rapina e um silenciamento do mundo comunitário, dos pluralismos jurídico e bioéticos. Este cenário de guerra perma-

nente, do anúncio cotidiano de mortes coletivas interpela reflexões éticas que se declaram insatisfeitas, abrindo caminho para o ato germinal de detectar quem são os antagonistas para se enunciar sujeitos, as corporações e suas violências. Este texto dialoga com temas e conceitos de Rita Segato: a ética da insatisfação, o grito inaudível e o pluralismo bioético – fontes na origem da noção de “ética da (in)dignação”, da autora do capítulo, e sua tessitura de fluxos plurais.

Finaliza essa seção, “As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil. Crenças na aparição mariana”, de Tânia Mara Campos de Almeida – professora do Departamento de Sociologia da UnB, orientanda de Rita Segato no mestrado e doutorado em antropologia da UnB. Esse capítulo mostra que houve expressiva proliferação de manifestações marianas nos países de formação católica, em especial na América Latina nas últimas décadas do século XX. Nelas, encontram-se padrões estruturais de fenômenos europeus antigos e reconhecidos pela Igreja, como mensagens, visões sobrenaturais e a formação de santuários, mas também apresentam elementos novos, relativos a seus contextos locais e nacionais, às características do catolicismo globalizado na contemporaneidade e à performance das(os) videntes. Esse conjunto de rupturas e continuidades com o passado as inscreve numa linha diacrônica longa, a qual vem sendo atualizada dentro de parâmetros tradicionais e, ao mesmo tempo, conseguindo revelar às(aos) devotas(os) desconhecidas e plurais faces da Virgem e das respectivas comunidades formadas junto a esses fenômenos do catolicismo popular. Além disso, vem difundindo um núcleo de sentido crítico à ordem eclesiástica e patriarcal, gerado a partir de experiências comunitárias e gestão política laica e feminina, como sempre chamou atenção Rita Segato.

A segunda seção deste livro, “Raça, Estado, violência e os ‘Outros’”, é formada por mais seis textos, sendo aberta por “A fuga dos espelhos: violência, mimesis e alegorias patriarcais em *O iluminado*”, de Daniela Cabral Gontijo – doutora em Bioética/UnB. Com base em sua tese de doutorado, discute parte dos engenhos de (re)produção da violência: como se gesta, se replica e se propaga, sob a presciência de que há algo que pega, um efeito mimético, imitativo e reiterativo, que imprime serialidade à violência, e a transforma em um “quase-automático”, sendo este um conceito de Rita Segato. Ao trilhar pelas rotas da orientadora para entender a violência, a autora pensa gênero como uma máquina mimética de (re)produção de subjetividade e como alegoria do poder em si, replicando a estrutura de poder em uma cena fundacional familiar, cuja pedagogia é a das relações familiares na desigualdade inerente a suas figuras.

O segundo texto deste bloco é “O Povo do Veneno? Uma análise crítica das ações de prevenção do suicídio entre os Suruwahá”, de Livia Vitenti – mestre em antropologia pela UnB e doutora em antropologia pela universidade de Montréal,

CA, pesquisadora pós-doutoral PDJ-CNPq na Cátedra Unesza discussão sobre as ações tanto da Fundação Nacional do Índio (Funai) quanto da Sesai no que diz respeito à prática de autoenvenenamento do povo Suruwahá, a partir de uma perspectiva crítica. Para tanto, promove o debate sobre a representação e o entendimento da morte voluntária e as ações de prevenção e intervenção estabelecidas pelos órgãos competentes, assim como concepções que muitas vezes não são compartilhadas entre os atores em questão, como vida, morte, sofrimento e dor.

Priscila Paz Godoy – mestra em Direitos Humanos e Cidadania-UnB, consultora da Opas/OMS, autora de *O povo invisível: os ciganos e a emergência de um direito libertador*, de 2016 – assina “A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as), o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte (MG) e a importância do pensamento de Rita Laura Segato”. Seu texto apresenta a ideia de raça, sob a perspectiva de Rita Segato, compreendida como o índice da subjacência de um vetor histórico e pulsante enquanto povo, sujeito coletivo vivo. Propõe, para tanto, reflexão sobre o estereótipo nômade do cigano, que é associado diretamente à concepção biológica da “raça”, trazendo a experiência dos Calon do bairro São Gabriel, da capital de Minas Gerais. Adota a categoria do “pluralismo histórico”, também formulada por Segato que, no lugar da cultura como referencial da identidade fixa, coloca o projeto histórico de um povo como vetor central da diferença, das conquistas e das lutas por dignidade, bens e direitos.

“Orfandade genealógica: silenciamentos, colonialidade e relações de poder”, de Vanessa Rodrigues de Araújo – doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco, México/UAM-X, mestra em Direitos Humanos e Cidadania-UnB e autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização*, de 2019 – se dedica aos silenciamentos sobre as nossas memórias familiares não brancas. Estas envolvem tramas que, de um modo consciente ou inconsciente, somam-se à configuração histórica moderna colonial e ajustam-se à fusão de ideias racistas e patriarcais. O roubo subjetivo e o deslocamento compulsório do ser que nos fixa numa paisagem histórica no Norte nos retirou de nosso local de pertencimento, capturou nosso espelho e apagou nossos rastros ancestrais. Através do entrelaçamento de linhas de vidas e linhas teóricas decoloniais, a autora cria confluências reflexivas sobre cancelamento genealógico, raça e colonialidade, mirando no horizonte da devolução da consciência sobre quem somos, circundada pela seguinte questão: a quem interessa o esquecimento das nossas linhagens não brancas?

“A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari”, escrito por Verenilde Santos Pereira – doutora em comunicação social-jornalismo-UnB – analisa narrativas jornalísticas sobre o que se convencionou chamar o “Massacre da

Expedição Calleri”, episódio ocorrido em 1968, envolvendo os indígenas Waimiri Atroari e uma equipe encarregada de sua pacificação. Tema da tese intitulada *Violência e singularidade jornalística: o “massacre da Expedição Calleri”*, a pesquisa orientada por Rita Segato reflete sobre a representação indígena divulgada a partir de uma visão ocidental e para uma massa de pessoas pertencentes a esse mesmo universo. Inseridos em signos e símbolos cujos sentidos foram herdados pela colonialidade e assim reproduzidos e divulgados mediante o completo silenciamento dos(as) indígenas, busca-se compreender como o jornalismo atua como veiculador daquilo que Hannah Arendt definiu como “banalidade do mal”, num processo de incomunicabilidade e fragmentação existencial e num contexto repressivo que sabotou os sentidos do ato praticado pelos Waimiri-Atroari.

Gustavo Augusto Gomes de Moura – educador popular, é mestre em antropologia social-UnB e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais – escreveu “O legado político e teórico do caso Ari – Parte I: o gesto pedagógico”. Por intermédio de caso emblemático de discriminação ocorrido na UnB contra estudante de doutorado em antropologia, o autor o recupera como gesto em prol da memória de luta que modificou a educação superior no país e que pode auxiliar nos desafios da universidade brasileira e do fazer científico nacional. A anamnese do caso, ao revelar a posição titubeante e, em alguns momentos, contrária às cotas raciais, por parte de cientistas sociais duas décadas atrás, mostra-se central ao reposicionamento do pensamento social e das humanidades em geral nos debates teóricos e políticos atuais. São detalhados os argumentos pedagógicos que criaram as condições para a revisão, após derrota em três instâncias, da reprovação inicial imposta ao protagonista da história. Também é revisitado o contexto acadêmico à época, com foco nas mudanças decorrentes da avaliação da pós-graduação imposta pela Capes, a partir de 1998. O ocorrido foi basilar para a junção da luta do movimento negro com a luta pela educação superior, resultando em uma das mais importantes alianças políticas vividas pelo país no pós-redemocratização.

Na última seção de memórias, “Gênero, feminismos e sexualidade”, encontram-se os cinco capítulos finais. O primeiro deles é o “O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher”, assinado pela filha de Rita, Jocelina Laura Segato de Carvalho – antropóloga pela UnB e mestrande em bioética-UnB. Nesse artigo, realiza um relato biográfico da influência, teórica e política, da professora e mãe. Colocado na moldura do que chama de “legado feminino” e sua quase inexistência, resume em três grandes áreas de influência a teoria de Segato, enquadradas como marcos teóricos de sua trajetória. Seus pensamentos e ensinamentos em *vincularidade*, *extrainstitucionalidade* e a *associação livre com a pergunta* e, o *feminismo decolonial* não só guiaram o modo

de como a autora pesquisa, analisa e pensa, mas ainda a própria existência de sua pesquisa e de si mesma.

“Em tempos de ‘destruição’, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?” é capítulo de César Augusto Baldi – doutor em direitos humanos pela Universidad Pablo de Olavide e organizador dos livros *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*, de 2004, e *Aprender desde o Sul*, de 2015. O autor centra-se em mostrar como Rita Segato fala da recepção da teoria decolonial no Brasil, apontando para o fato de que deve ser articulada com raça e envolver gênero e sexualidades, abrindo novos campos de debates.

Patrícia de Mendonça Rodrigues – PhD em antropologia pela Universidade de Chicago e pesquisadora dos povos indígenas do médio rio Araguaia desde 1990, publicou diversos artigos a respeito e coordenou grupos técnicos oficiais de identificação de terras indígenas em regiões diversas do Brasil – escreve “‘Brincadeiras do corpo’: gênero e historicidade Javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato”. Seu texto apresenta, de forma sintética, algumas conclusões da pesquisa etno-histórica realizada entre esse povo, em que se discute a teoria nativa sobre a história, ou seja, o modo com os próprios Javaé concebem a produção e reprodução das sociedades ao longo do tempo em articulação com conceitos de gênero e corporalidade.

“Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato” fecha o conjunto de textos desta coletânea. Nele, Lourival Ferreira de Carvalho Neto – doutorando em direito, Estado e constituição-UnB, mestre em direitos humanos e cidadania-UnB e pesquisador jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB-Nacional – expressa seu desejo de fotografar, por meio de palavras, o trajeto de um corpo-autor tracionado pelas provocações do pensamento de Rita Segato. Registra seus primeiros encontros, pelo viés emocional e teórico. Descreve as lições aprendidas e que o ajudaram a descobrir e sistematizar uma rota consistente em busca do conhecimento: digerir a informação; decantar a pergunta dentro de si; ter esperança na escrita e na potência do direito a narrar(-se). Nessa travessia, feita em conversação e de forma interpelada à demanda do outro por soluções para a preservação da vida, teceu vínculos e descobriu novas formas de felicidade. Aqui, “desver” o mundo é a busca pelo estranhamento das regras normativas (de gênero, raça, sexualidade e classe) e por tramar, em movimento, no corpo a corpo, no fluxo da história, essa usina indomável de desconstrução, sob a perspectiva vinculatória e pluralista em relação ao modo de ser, sentir, pensar e (r)existir.

Pedro Paulo Gomes Pereira – livre docente pela Universidade Federal de São Paulo e seu professor associado, coordenador do Quereres (Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde), membro da Associação Brasileira

de Saúde Coletiva (Abrasco) e autor de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais – expõe ensinamentos valiosos que recebeu de Rita Segato na primeira parte de “Uma antropologia interpelada”. Na segunda parte, desenvolve um texto que busca com ela dialogar, tanto por se tratar de um trabalho proveniente de uma “antropologia por demanda” como por discutir a própria definição de gênero. O autor apresenta gênero para além de habituais abordagens, por meio de transgressão que brota incessantemente pelos poros da (re) existência das travestis com quem dialoga. Assenta, como pano de fundo, a perquirição: e se gênero for justamente uma abertura que as normas e a violência buscam estancar?

Terminadas as seções de memórias, tal qual no dia do evento em homenagem a Rita, em 2018, ela nos brindou com palavras que expressavam uma síntese de sua vida acadêmica e na instituição, bem como expressavam um apanhado do momento. Palavras que, por ora, foram incorporadas à revisão, ampliação e atualização de seu memorial para o concurso de docente titular da Faculdade de Ciências da Saúde-UnB, em 10 de dezembro de 2015, recebendo o título “Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora”⁷. Em narrativa própria, que conta em linguagem acessível sua trajetória e nela introduz relevantes chaves teórico-conceituais de sua matriz interpretativa, tem-se um valioso capítulo. Por meio dele, aproxima-se o(a) leitor(a) não apenas de maior compreensão de como foi se dando a elaborada arquitetura de seu pensamento, sendo entretecido com a realização de “uma antropologia por demanda” (Segato, 2006; 2015), como também de suas desafiadoras frentes de batalha, as quais não foram poucas, e significaram sempre avanços coletivos a marcarem histórias de pessoas, grupos, universidades, campos disciplinares e nações, a exemplo de ter sido coautora da primeira proposta de ação afirmativa para o ingresso de estudantes negros(as) e indígenas na educação superior do Brasil (1999) e ter sido perita em complexos e reparadores processos de direitos indígenas, de mulheres e de lesa humanidade em várias partes da América Latina.

A partir da leitura de seu capítulo – um dos seus raros textos em português nos últimos anos, uma vez que seu posicionamento insurgente lhe rendeu retaliações por confrontos ocorridos na defesa de causas antirracistas, feministas, anticlassistas e decoloniais, tanto na esfera pública ampla como nas relações próximas entre colegas – entende-se sua afirmação na cerimônia de emérita: “Demorou para a injustiça se desfazer, mas hoje estou feliz porque este é o re-

7. Versão original disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TxTCBFO-z8o>.

conhecimento da minha casa. Isso mostra que vale a pena lutar”⁸. Igualmente, entende-se o júbilo de Rita ao mencionar, em seu agradecimento, que estava feliz por receber o título das mãos de uma reitora mulher.

A circulação de memoriais sob a forma de publicações é comum no Brasil, após suas exposições às bancas de titularidade, especialmente nas ciências sociais e humanas. Alguns deles se tornam mesmo referência teórica a outros trabalhos científicos⁹. Há fartos registros de homenagens em vida a um(a) intelectual expoente e divulgados em diferentes edições no exterior, como o reconhecimento prestado por pares a George Peter Murdock, a Charles Wagley, a Paul Radin, a Sol Tax, a Audrey Isabel Richards, dentre outros(as).

Este conjunto valioso de textos sem dúvida aporta relevância notável para as ciências sociais e humanas, reunindo teorias e conceitos, resultados de pesquisas e projetos intelectuais que se referenciam na pessoa, na obra acadêmica e na militância de Rita Laura Segato. Apresentam qualidade e rigor de conteúdo, bem como o frescor da atualidade ao apontar problemáticas estruturais e conjunturais não apenas da sociedade brasileira. Além disso, contribui para registrar não só o destaque da professora na UnB, como em Brasília e no país em geral, diante das análises desenvolvidas direta ou indiretamente por seus(suas) ex-orientandos(as) e companheiros(as) de jornada, nesses lugares e a respeito deles. Um vasto público se beneficiará dessas reflexões, as quais ainda poderão ser multiplicadas e aprofundadas por várias novas gerações da referida linhagem, marcada na América Latina por esta pensadora gigante, amante do ato de ensinar e o realizando no “bem viver”.

As lindas capa e contracapa desta coletânea merecem, ainda, algumas palavras de destaque e agradecimento. A pintura de frente, “Nossa etnia” (técnica mista, 2000), integra a coleção “A floresta-dentro” do artista plástico Rômulo Andrade, que cedeu gratuitamente os direitos autorais a este projeto editorial. Tal coleção foi produzida a partir de suas vivências na Expedição Humboldt – Amazônia 2000, longa viagem fluvial em que visitou, em plena floresta, sítios arqueológicos milenares impressionantes.

A imagem de fundo, na contracapa, traz um desenho da própria femenejada, Rita Laura Segato, assinado por Tings Chak, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social – otricontinental.org (Tricontinental: Institute for Social Research–thetricontinental.org). Gentilmente, foi também disponibilizada gratuitamente para esta obra.

8. Disponível em: <http://noticias.unb.br/publicacoes/39-homenagem/2609-pronto-unb-ou-torga-titulo-de-professora-emerita-a-rita-segato>. Acesso em: 25 jan. 2021.

9. A exemplo das *Duas conferências*, de Gilberto Velho e Otávio Velho (1992), livro por mim utilizado na tese de doutorado.

Referências

- DIAMOND, Stanley (Ed.). *Culture in history: essays in honor of Paul Radin*. New York: Columbia University Press, 1960.
- GOODENOUGH, Ward Hunt (Org.). *Explorations in cultural anthropology: essays in honor of George Peter Murdock*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1964.
- HINSHAW, Robert (Ed.). *Essays in honor of Sol Tax*. Berlin: De Gruyter Mouton, 1980.
- LA FONTAINE, Jean Sybil et al. *The interpretation of ritual: essays in honor of A. I. Richards*. London: Tavistock Publications, 1972.
- MARGOLIS, Maxine; CARTER, William (Orgs.). *Brazil, anthropological perspectives: essays in honor of Charles Wagley*. New York: Columbia University Press, 1979.
- SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una Antropología por Demanda*. Buenos Aires: Prometeo, 2015.
- SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais, *Mana*, v. 12, n. 1, abr. 2006.
- VELHO, Gilberto; VELHO, Otávio. *Duas conferências*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicinas populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Livia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dívida* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

